

Monitoramento

Instrumentos de Parceria MPT

Secretaria de Relações Institucionais

Etapas:

Segundo Semestre-2024





Metodologia

A SRI deu início, no bojo do PGEA [20.02.0001.0002365/2024-65](#), ao processo de monitoramento dos instrumentos de parceria firmados pelo Ministério Público do Trabalho.

Exarou-se, no referido procedimento, um Memorando Circular com o fim de medir os principais resultados e impactos de cada acordo assinado, o que foi feito através de formulários individualizados.

Aspectos avaliados

Em cada formulário, foi feita uma avaliação técnica a partir dos cenários ilustrados ao lado.

1

Início ou não da execução

2

Principais ações desenvolvidas

3

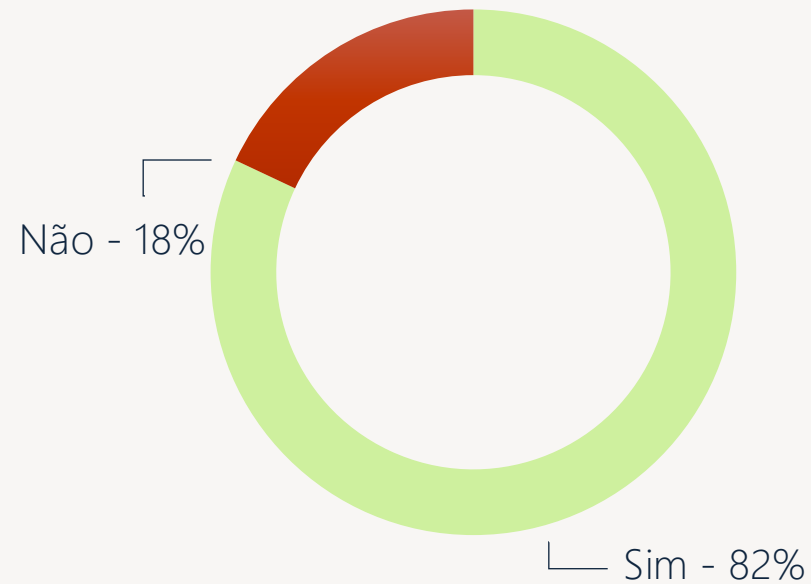
Resultados obtidos

4

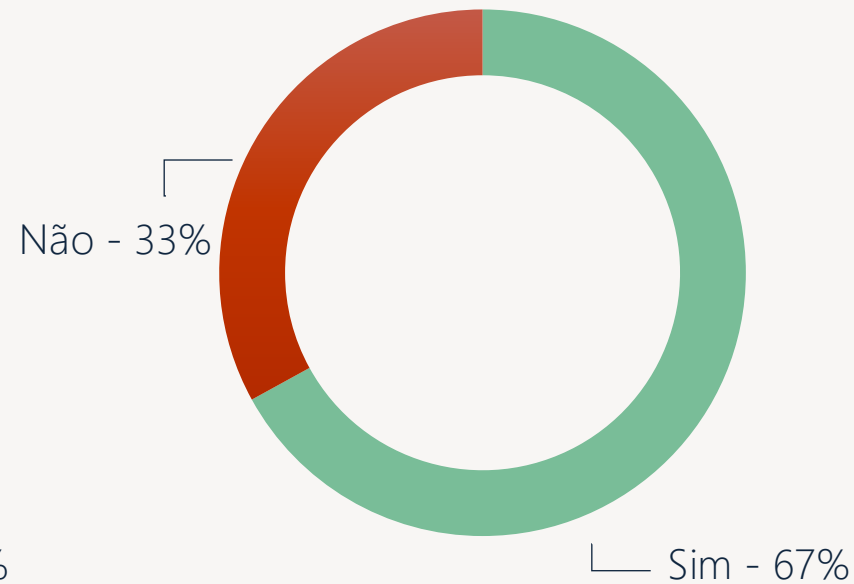
Dificuldades na gestão

Resultados Gerais

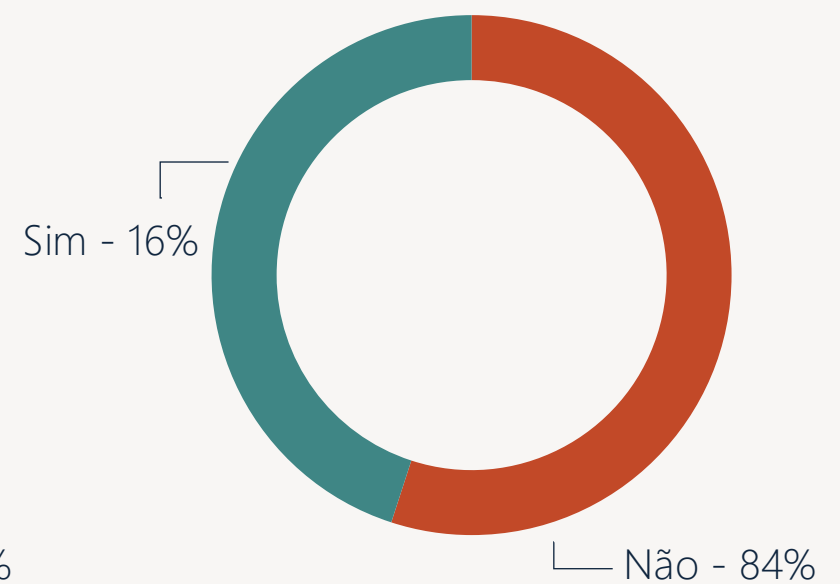
Execução iniciada?



Resultados obtidos?



Dificuldades?



Na avaliação do segundo semestre, houve um aumento no percentual de acordos iniciados, passando de 69% para 82% neste segundo recorte!

Recorte Específico

Instrumentos não iniciados

Instituição	OBJETO	RESPONSÁVEL
MPF	Constituição de comissão de natureza executiva entre os membros do MPF e MPT para promover a análise das ações e do cumprimento das políticas públicas nacionais de combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao tráfico de pessoas, e a realização de levantamento nacional das denúncias em andamento relacionadas às referidas temáticas, com a finalidade de promover e efetivar medidas concretas para a resolução desses procedimentos, tendo como órgãos gestores a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e a Procuradoria-Geral do Trabalho, dentro das atribuições de cada ramo	Conaete
CNMP e MMA	Termo de Adesão visa ao estabelecimento da cooperação entre o MMA, tendo o SFB como interveniente, e o CNMP para transferência, acesso, compartilhamento, processamento e geração de dados e informações no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	Conaete
CONFEA	Aperfeiçoamento da atividade de profissionais da engenharia, membros(as) e servidores(as) do Ministério Público do Trabalho– MPT e a execução de ações complementares de interesse comum, com o objetivo de garantir a implementação das exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira	Coordigualdade
UFMG e IEPEL	Fomentar a conscientização da população acadêmica e da comunidade externa acerca da temática que circunscreve o trabalho escravo contemporâneo e o tráfico de pessoas no Brasil, sobretudo por meio do desenvolvimento de pesquisas científicas e da prestação de suporte, em especial jurídico, aos trabalhadores resgatados.	SETEF
UFMG	O presente Protocolo de Intenções tem por objeto envidar esforços necessários para promover uma aproximação entre as Instituições no intuito de viabilizar a criação de um projeto pedagógico compartilhado de Mestrado Profissional, bem como buscar as medidas necessárias e pertinentes à sua concretização, dentro das atribuições de cada Instituição, que se volte ao compartilhamento dos conhecimentos advindos da experiência prática e dos estudos acadêmicos a fim de propiciar a formação de operadores do direito comprometidos com a defesa da ordem jurídica, dos direitos sociais e dos princípios basilares do Estado Democrático de Direito.	SETEF
Fundacentro	Cooperação técnica, logística e tecnológica entre as instituições, de modo a harmonizar os planos de atividades, promover capacitações e treinamentos cruzados, compartilhamento de informações, dados e resultados de investigação sobre o mundo do trabalho que MPT e FUNDACENTRO produziram com acesso	SETEF
ENAP	Estabelecer bases de cooperação técnica e operacional para a oferta aberta de cursos a distância na EV.G para servidores públicos e cidadãos em temas relacionados ao governo e políticas públicas, com vistas ao fortalecimento da democracia e do serviço público	SETEF
PF	Compartilhamento de bases de dados e o desenvolvimento de projeto e ações de interesse comum voltadas ao enfrentamento do trabalho escravo e do tráfico de pessoas	SPAI
MCTI	Promover melhoria das condições gerais de meio ambiente de trabalho no Brasil	SPAI
TSE	Acesso ao conteúdo integral do Cadastro Eleitoral brasileiro, para auxiliar no trabalho de investigação de prevenção e erradicação do trabalho escravo	SPAI
SMARTLAB e JUSBRASIL	Desenvolvimento de atividades de análise experimental conjunta de dados públicos tratados para produzir informações de relevância pública	SPAI
CNJ	Planejamento e realização de ações, no âmbito do Programa Justiça 4.0, em especial o Juízo 100% Digital e o Núcleo de Justiça 4.0, para ampliar o acesso à justiça e a promoção dos interesses individuais e sociais indisponíveis, bem como para disponibilizar nas unidades do MPT envolvidas no projeto ferramenta de videoconferência igual ou equivalente ao "Balcão Virtual", que permita contato com o setor de atendimento da unidade do MPT e, também, a interação de Pontos de Inclusão Digital (PID), em observância e nos padrões estabelecidos na Recomendação CNJ nº 130/2022.	SPAI

Recorte Específico

Instrumentos sem resultados

Instituição	OBJETO	RESPONSÁVEL
CNMP e IBAMA	Integração e compartilhamento de bases de dados e informações do Ibama ao CNMP e aos Ministérios Públicos brasileiros	Codemat
MPF	Constituição de comissão de natureza executiva entre os membros do MPF e MPT para promover a análise das ações e do cumprimento das políticas públicas nacionais de combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao tráfico de pessoas, e a realização de levantamento nacional das denúncias e investigações criminais e trabalhistas em andamento relacionadas às referidas temáticas, com a finalidade de promover e efetivar medidas concretas para a resolução desses procedimentos, tendo como órgãos gestores a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e a Procuradoria-Geral do Trabalho, dentro das atribuições de cada ramo	Conaete
CNMP e MMA	Termo de Adesão visa ao estabelecimento da cooperação entre o MMA, tendo o SFB como interveniente, e o CNMP para transferência, acesso, compartilhamento, processamento e geração de dados e informações no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)	Conaete
CFMV	Matérias pertinentes a eventuais irregularidades em estágios nas profissões regulamentadas	Conafret
CFESS	Matérias pertinentes a eventuais irregularidades em estágios nas profissões regulamentadas	Conafret
CFC	Matérias pertinentes a eventuais irregularidades em estágios nas profissões regulamentadas	Conafret
CONFERP	Matérias pertinentes a eventuais irregularidades em estágios nas profissões regulamentadas	Conafret
CFB	Matérias pertinentes a eventuais irregularidades em estágios nas profissões regulamentadas	Conafret
CONFEA	Aperfeiçoamento da atividade de profissionais da engenharia, membros(as) e servidores(as) do Ministério Público do Trabalho – MPT e a execução de ações complementares de interesse comum, com o objetivo de garantir a implementação das exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira	Coordigualdade
UFMG e IEPEL	Fomentar a conscientização da população acadêmica e da comunidade externa acerca da temática que circunscreve o trabalho escravo contemporâneo e o tráfico de pessoas no Brasil, sobretudo por meio do desenvolvimento de pesquisas científicas e da prestação de suporte, em especial jurídico, aos trabalhadores resgatados.	SETEF
UFMG	O presente Protocolo de Intenções tem por objeto envidar esforços necessários para promover uma aproximação entre as Instituições no intuito de viabilizar a criação de um projeto pedagógico compartilhado de Mestrado Profissional, bem como buscar as medidas necessárias e pertinentes à sua concretização, dentro das atribuições de cada Instituição, que se volte ao compartilhamento dos conhecimentos advindos da experiência prática e dos estudos acadêmicos, a fim de propiciar a formação de operadores do direito comprometidos com a defesa da ordem jurídica, dos direitos sociais e dos princípios basilares do Estado Democrático de Direito.	SETEF
Fundacentro	Cooperação técnica, logística e tecnológica entre as instituições, de modo a harmonizar os planos de atividades, promover capacitações e treinamentos cruzados, compartilhamento de informações, dados e resultados de investigação sobre o mundo do trabalho que MPT e FUNDACENTRO produzem ou tem acesso	SETEF
ENAP	Estabelecer bases de cooperação técnica e operacional para a oferta aberta de cursos a distância na EV.G para servidores públicos e cidadãos em temas relacionados ao governo e políticas públicas, com vistas ao fortalecimento da democracia e do serviço público	SETEF
PF	Compartilhamento de bases de dados e o desenvolvimento de projeto e ações de interesse comum voltadas ao enfrentamento do trabalho escravo e do tráfico de pessoas	SPAI
CONFEA	Intercâmbio de dados, informações e tecnologias, com o fim de aprimorar suas atividades finalísticas, em prol do combate às violações de direitos fundamentais do cidadão, especialmente no que se refere ao trabalho escravo, ao trabalho infantil, ao tráfico de pessoas, às fraudes trabalhistas, às violações ao meio ambiente do trabalho, bem como à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes	SPAI
CEF	Desenvolver ações de compartilhamento de informações objetivando o incremento de ações de fiscalização dos depósitos para o FGTS	SPAI
MCTI	Promover melhoria das condições gerais de meio ambiente de trabalho no Brasil	SPAI
CNMP e ABIN	Cooperação recíproca em áreas de interesse e competência das partes, no que diz respeito à Atividade de Inteligência; à proteção de conhecimentos sensíveis; ao intercâmbio de dados e conhecimentos de Inteligência observada a legislação vigente e à capacitação e ao aperfeiçoamento de recursos humanos do CNMP, do Ministério Público brasileiro e da ABIN	SSI

Recorte Específico

Instrumentos com dificuldades

Instituição	OBJETO	RESPONSÁVEL
CNMP e IBAMA	Integração e compartilhamento de bases de dados e informações do Ibama ao CNMP e aos Ministérios Públicos brasileiros	Codemat
MPF	Constituição de comissão de natureza executiva entre os membros do MPF e MPT para promover a análise das ações e do cumprimento das políticas públicas nacionais de combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao tráfico de pessoas, e a realização de levantamento nacional das denúncias e investigações criminais e trabalhistas em andamento relacionadas às referidas temáticas, com a finalidade de promover e efetivar medidas concretas para a resolução desses procedimentos, tendo como órgãos gestores a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e a Procuradoria-Geral do Trabalho, dentro das atribuições de cada ramo	Conaete
CFMV	Matérias pertinentes a eventuais irregularidades em estágios nas profissões regulamentadas	Conafret
CFESS	Matérias pertinentes a eventuais irregularidades em estágios nas profissões regulamentadas	Conafret
CFC	Matérias pertinentes a eventuais irregularidades em estágios nas profissões regulamentadas	Conafret
CONFERP	Matérias pertinentes a eventuais irregularidades em estágios nas profissões regulamentadas	Conafret
CFB	Matérias pertinentes a eventuais irregularidades em estágios nas profissões regulamentadas	Conafret
MTE, ANP, Marinha, Anvisa e IBAMA	Fomentar o trabalho conjunto de auditoria e fiscalização das atividades de exploração e produção de petróleo e gás nas águas jurisdicionais brasileiras - OPERAÇÃO OURO NEGRO	Conatpa
Marinha do Brasil	Coordenação ou execução de ações integradas, destinadas à prevenção e fiscalização de ilícitos relacionados à segurança da navegação e à salvaguarda da vida humana no mar, quando afetos à preservação das condições dignas de vivência a bordo, essencialmente relacionados à dignidade no trabalho, por meio do intercâmbio de dados e de informações com o objetivo de facilitar o planejamento de ações e desenvolvimento de projetos institucionais e de interesse comum	Conatpa
CONFEA	Aperfeiçoamento da atividade de profissionais da engenharia, membros(as) e servidores(as) do Ministério Público do Trabalho – MPT e a execução de ações complementares de interesse comum, com o objetivo de garantir a implementação das exigências de acessibilidade previstas na legislação brasileira	Coordigualdade
SMARTLAB e JUSBRASIL	Desenvolvimento de atividades de análise experimental conjunta de dados públicos tratados para produzir informações de relevância pública	SPAI

Unidades Monitoradas

(Clique em alguma das miniaturas)

Codemat

Comitê de Equidade

Conaete

Conafret

Conalis

Conap

Conatpa

Coordigualdade

Coordinfância

Diretoria-Geral

Ouvidoria

SCIT

**Secretaria de Gestão
Socioambiental**

**Secretaria de
Perícias**

SETEF

SPAI

SRI

SSI

Codemat

Codemat

CNMP e ANA

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Participação da Dra. Márcia Kamei em seminário de capacitação sobre os temas objeto do ACT.	Conclusão de capacitação com possibilidade de aplicação prática na atuação do MPT.	Não	A adesão ao ACT é importante porque abre possibilidade de o MPT estar atualizado sobre a matéria e integrado aos demais ramos do MP brasileiro para permitir atuações conjuntas.

Codemat

CNMP e Ibama

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Participação da SPAI em reunião técnica, com sugestão de utilização dos dados pela Conaete.	Não há notícias de resultados.	Foi expedido ofício pra SPAI solicitando acesso aos sistemas e que ainda não foi atendido. Os dados relativos a esse ACT serão utilizados pela Conaete. A Codemat solicita a alteração da responsabilidade pelo acompanhamento do ACT.	Os dados relativos a esse ACT serão utilizados pela Conaete. A Codemat solicita a alteração da responsabilidade pelo acompanhamento do ACT.

Codemat

Fiocruz

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	- Realização de reunião estratégica para atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) nas questões relativas à Saúde e Segurança no Trabalho em decorrência das queimadas e incêndios florestais, e consequente exposição humana à fumaça, no Estado do Amazonas; - Acompanhamento do projeto de pesquisa da condição pós-Covid-19; - Auxílio da Fiocruz na elaboração da proposta de seminário a ser realizado via ESMPU em 2024 sobre os Impactos das Mudanças Climáticas na Saúde e na Segurança do Trabalhador e da Trabalhadora; - Reunião com professores e pesquisadores do Departamento de Direitos Humanos e Saúde – DIHS da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) Maria Helena Barros de Oliveira e Luiz Carlos Fadel para alinhamento de propostas para o desenvolvimento de Mestrado profissional em Direitos Humanos, Justiça e Saúde para membros do MPT.	- Nota Técnica Orientativa elaborada pela FIOCRUZ contendo Recomendações para a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) nas questões relativas à Saúde e Segurança no Trabalho em decorrência das queimadas e incêndios florestais, e consequente exposição humana à fumaça, no Estado do Amazonas (disponível em: https://intranet.mpt.mp.br/pgt/coordenadorias-nacionais/codemat/material-de-apoio/pareceres-e-notas-tecnicas/nota-tecnica-orientativa_exposicao-a-calor-e-fumaca_emergencia-amazonas_2023_fiocruz.pdf); - Participação de professores da Fiocruz no Curso de Direito à Saúde do Trabalhador realizado pela Codemat via Setef/PGT. Aulas disponíveis em: https://youtube.com/playlist?list=PLR-857Pk-DoEyteQdw4gfvaumQBAPvei6&si=ysGjv_zQSsONwt1h; - Participação da Fiocruz no evento de 20 anos da Codemat; - Apoio de pesquisador da Fiocruz na elaboração da revista MPT em Quadrinhos nº 69: "Pacto Pela Vacinação", disponível em: https://mptemquadrinhos.com.br/edicoes/pacto-pela-vacinacao/.	--	--

Comitê de Equidade

Comitê de Equidade

Senado Federal, TCU, TJDFT, CNJ, STJ, MME, Câmara dos Deputados e CNMP

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades ?	Considerações?
Sim	Desde a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica 0235/2021 a integrante e o integrante do MPT designada(o) participam intensamente dos trabalhos desenvolvidos pela Rede Equidade. Registre-se que de 2021 a 2023 foram realizadas reuniões quinzenais ordinárias, bem como reuniões de atividades de grupos de trabalho. A partir de 2024 as reuniões ordinárias passaram a ser mensais, conforme cronograma que segue anexado com o calendário firmado. Foram desenvolvidas diversas ações, conforme se pode verificar do Relatório Anual 2022-2023, e estão em execução diversas atividades do Plano de Ação 2022-2024 (anexos). Informações detalhadas, documentos, atas de reunião, dentre outros podem ser obtidos na página da Rede Equidade na Internet. https://www.congressonacional.leg.br/institucional/rede-equidade Vale destacar que a integrante e o integrante do MPT participaram do grupo de trabalho que desenvolveu o Regimento Interno da Rede bem como do Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE) e o seu Manual de Aplicação, com o objetivo de promover um modelo de governança e gestão que favoreça a cultura organizacional inclusiva, a partir de uma proposta metodológica. Trata-se de instrumento de orientação voltado às instituições públicas, com parâmetros que possibilitem a cada uma delas a aferição da maturidade institucional quanto à implementação de ações de equidade e diversidade, em especial daquelas afetas a gênero e raça. O Modelo IDE possui 38 quesitos, divididos em 3 dimensões, sendo a primeira afeta à Governança e Estratégia, a segunda à Gestão Inclusiva e a terceira Social.	As atividades da Rede têm ganhado notoriedade, avançando-se na pauta da equidade de gênero e raça no setor público. Além das 11 instituições originárias, outras já aderiram à rede ou estão em fase de adesão, a exemplo do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI, a Comissão de Valores Mobiliários, a Advocacia Geral da União, a Defensoria Pública da União, o TRT da 13ª Região, o Conselho da Justiça Federal, a Escola Nacional de Administração Pública, dentre outras. Vale destacar que a Rede tem servido de ponto de compartilhamento de boas práticas, experiências, capacitações, eventos, dentre outros, para que se possa avançar nas questões de equidade.	O Comitê coordenador da Rede Equidade tem sido gerido por servidora do Senado Federal com dedicação exclusiva, que tem conseguido promover a articulação necessária e eficiente ao desenvolvimento dos trabalhos. Importante anotar que há adesão voluntária e comprometida dos(as) designados para as atividades da rede, o que tem colaborado para o bom andamento dos trabalhos.	--

Comitê de Equidade

UnB

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades ?	Considerações?
Sim	Realização de uma Conferência em 30.03.2023, como tema: Inclusão, Acessibilidade e Empregabilidade da Comunidade Universitária com Deficiência. Segue link do evento: https://www.youtube.com/watch?v=XcBE5ZuTJW8 Realizada divulgação direcionada na UnB de seleção de estágio no MPT para pessoas com deficiência, com critérios próprios de classificação. Seguem anexos o ofício e edital. Contatos com interessados(as) na realização de pesquisas na instituição.	Interação e estreitamento de vínculos para desenvolvimento de parcerias, colaborações, participação em eventos institucionais reciprocamente, além de apoio às atividades e pesquisas desenvolvidas.	O ACT tem potencial de ser melhor explorado, há iniciativas pretendidas pela Universidade, conforme lançado em plano de ação (anexo), bem como pelo MPT. Necessário priorizar o assunto, buscando estreitar a comunicação para o planejamento e execução de ações possíveis no contexto do acordo firmado.	--

Conaete

Conaete

MPF

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Não	--	A iniciativa ainda não foi implementada, pois a Coordenadoria está em processo de indicação de membro para representar MPT na interlocução com o MPF.	Ainda não houve indicação de representante.	--

Conaete

Infraero

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Divulgação de vídeo interinstitucionais nos aeroportos do país acerca da temática tráfico de pessoas e capacitação de agentes.	Os vídeos do Projeto Liberdade no Ar foram projetados nos aeroportos de todo o país, fruto da parceria estabelecida com a Infraero. A movimentação de passageiros em aeroportos brasileiros superou a marca de 137 milhões de pessoas pela primeira vez desde 2019. Considerando que os vídeos do projeto estão nos aeroportos de todo o país, e estimando que menos 10% dos passageiros visualizaram os vídeos, seguindo a orientação anterior da Infraero.	--	--

Conaete

ASBRAD

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Foram elaboradas campanhas fruto dessa parceria, a citar a Websérie sobre Tráfico de Pessoas no Brasil e vídeos da campanha "Expectativa x Realidade". A campanha é realizada pelo Projeto Liberdade no Ar do MPT em parceria com a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad) e com a colaboração de outras instituições como OIT, UNODC e OIM. Outras ações são informadas no documento em anexo.	A websérie "20 Questões para Entender o Tráfico de Pessoas no Brasil" e "Desconfie de propostas encantadoras" foram transmitida pelo link https://www.youtube.com/@ASBRAD . Além de outras lives no mesmo canal do YouTube com pessoas de referência na temática de tráfico de pessoas para debates e informações.	--	--

Conaete

UFBA

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	A parceria com a Ufba - Universidade Federal da Bahia - foi estabelecida com o objetivo de firmar um marco regulatório de cooperação entre a universidade e o Mpt para trocas de ferramentas pedagógicas, teóricas, práticas, promoção de estudos, projetos, avaliações e diagnósticos, além da execução de programas de trabalho, visando à erradicação do trabalho análogo ao escravo, do tráfico de pessoas (para fins de exploração sexual e do trabalho análogo ao escravo), para promoção dos direitos humanos e para proteção das comunidades mais vulneráveis. Dentro da parceria, foi estabelecido e está em acompanhamento o Programa Vida Pós Resgate, que, por meio do acesso à terra e aos meios de produção, viabilizado pelos recursos de destinação em processos judiciais e termos de ajuste de conduta, propõe-se a propiciar aos trabalhadores e trabalhadoras as condições favoráveis de trabalho, renda e vida em seu local de origem de forma a que não mais precisem aceitar qualquer proposta de trabalho que surja, protegendo tais pessoas da situação de vulnerabilidade socioeconômica que enseja a exploração. O Programa Vida Pós Resgate está em acompanhamento por meio do Pgea 20.02.0001.0005942/2020-13.	Reversão de valores obtidos em processos judiciais e termos de ajuste de conduta para promover o sustento de trabalhadores através da sua própria produção. Compra/aluguel de terras, instrumentos e outros, por exemplo.	--	--

Conaete

CNMP e MMA

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Não	--	Ao que se sabe esta iniciativa de Termo de Cooperação está com a CODEMAT, para que o MMA notifique o MPT sobre as irregularidades encontradas quando de suas fiscalizações. No início do 2º semestre de 2023, durante a gestão anterior desta Coordenadoria, houve algumas conversas com o IBAMA para que o MPT participasse de algumas diligências com eles ou nos comunicassem de infrações trabalhistas. No entanto, não houveram mais tratativas até o momento.	--	--

Conaete

ABRATI

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	A Abrati (Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros) firmou um acordo de cooperação técnica com o Ministério Público do Trabalho (MPT) com o objetivo de realizar ações de prevenção ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo. A iniciativa faz parte do projeto 'Liberdade no ar' que prevê a divulgação de vídeos sobre o tema em monitores televisivos de terminais rodoviários, além de cartazes de conscientização para sensibilizar e alertar a sociedade sobre os perigos envolvendo as falsas promessas. Os vídeos serão disponibilizados nos murais de avisos das rodovias, nos guichês e nas redes sociais da entidade e de seus associados. De acordo com Cristiane Sbalqueiro, coordenadora do projeto 'Liberdade no Ar' pelo MPT, o acordo com a Abrati é de suma importância para alcançar milhões de pessoas. "O transporte rodoviário é o que mais movimenta passageiros no país, nos mais de 120 mil km de estradas federais. Muitas pessoas, hoje mesmo, podem estar viajando para aceitar propostas de trabalho 'encantadoras', mas que, na realidade, são o chamariz para o tráfico de pessoas para fins de trabalho escravo. Por isso, é urgente veicular a campanha de prevenção nos entrepostos de transporte de passageiros, sendo fundamental o apoio da associação, que congrega as maiores empresas do setor", ressalta. Para Letícia Pineschi, porta-voz da Abrati, "essa é uma parceria muito significativa e uma oportunidade imperdível de levar conhecimento sobre o tema para funcionários do setor e usuários do transporte terrestre de passageiros, que muitas vezes nunca ouviram falar sobre essa terrível violação dos direitos humanos", destaca. O 'Liberdade no Ar' é uma iniciativa nacional de prevenção ao tráfico de pessoas, com o objetivo de reduzir a condição análoga a de escravo no Brasil. O projeto foi inspirado na história da comissária de bordo Sheila Fedrick, que salvou uma menina vítima de tráfico de humano em 2011, após desconfiar do modo como o acompanhante dela a tratava durante voo entre as cidades americanas Seattle e San Francisco. https://technibus.com.br/2022/06/22/abrati-e-ministerio-publico-do-trabalho-firmam-parceria-no-combate-ao-trafico-de-pessoas-e-ao-trabalho-escravo/--	A ABRATI Recebeu material referente à Campanha Expectativa X Realidade no dia 01 de agosto último e utilizamos a peça estática em nossa Rede Social no Meta, o @juntosabordo já no dia 03.08. Esse canal é voltado ao passageiro/viajante e desta forma a mensagem chegaria de forma mais efetiva (ref. campanha 2023 que teve cartazes), Além disso, a ABRATI divulgou duas reportagens na sua revista bimestral divulgando o projeto liberdade no ar. Se for necessário, temos a versão digital da revista. A importância da Abrati é congrega as empresas de transportes de passageiros no modal rodoviário de todo o Brasil. Assim, dissemina junto a um ramo essencial, com interlocutores qualificados, a mensagem de atenção e prevenção ao tráfico de pessoas.	--	--

Conafret

Conafret

CFMV

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Foram realizadas reuniões com o intuito de elaboração de Guia Operacional para dar início às atividades de fiscalização por parte do Conselho.	Não foram obtidos resultados.	Falta de interesse do Conselho em colocar as ações em prática.	Em 2024 o Conselho apresentou maior interesse pelo Acordo, razão pela qual a Coordenadoria tem buscado a aproximação com o Conselho para a elaboração do Guia Operacional para que sejam realizadas as atividades de fiscalização. Ver PGEA 20.02.0001.0007758/2021-60

Conafret

CONFERP

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Foram realizadas reuniões com o intuito de elaboração de Guia Operacional para dar início às atividades de fiscalização por parte do Conselho.	Não foram obtidos resultados.	Falta de interesse do Conselho em colocar ações em prática.	Desde sua assinatura o Conselho apresentou pouco interesse pelo Acordo, razão pela qual a Coordenadoria tem cogitado o encerramento da parceria. Ver PGEA 20.02.0001.0007759/20 21-33

Conafret

CFB

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Foram realizadas reuniões com o intuito de elaboração de Guia Operacional para dar início às atividades de fiscalização por parte do Conselho.	Não foram obtidos resultados.	Falta de interesse do Conselho colocar ações em prática.	Desde sua assinatura o Conselho apresentou pouco interesse pelo Acordo, razão pela qual a Coordenadoria tem cogitado o encerramento da parceria. Ver PGEA 20.02.0001.0007760/2021-06.

Conafret

CFESS

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Foram realizadas reuniões com o intuito de elaboração de Guia Operacional para dar início às atividades de fiscalização por parte do Conselho. Também houve a participação do MPT em evento promovido pelo Conselho para capacitar os fiscais e conscientizar o público a respeito da importância do cumprimento da Lei de Estágio.	Não foram obtidos resultados.	Falta de interesse do Conselho em colocar ações em prática.	No final de 2023 o Conselho apresentou maior interesse pelo Acordo, razão pela qual a Coordenadoria tem buscado a aproximação com o Conselho para a elaboração do Guia Operacional para que sejam realizadas as atividades de fiscalização. Ver PGEA 20.02.0001.0008661/2021-26.

Conafret

CFC

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Foram realizadas reuniões com o intuito de elaboração de Guia Operacional para dar início às atividades de fiscalização por parte do Conselho.	Não foram obtidos resultados.	O Conselho não manifestou interesse em colocar em prática as ações previstas no instrumento.	Desde sua assinatura o Conselho apresentou pouco interesse pelo Acordo, razão pela qual a Coordenadoria tem cogitado o encerramento da parceria. Ver PGEA 20.02.0001.0008662/2021-96.

Conafret

CFT

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Foram realizadas reuniões com o intuito de elaboração de Guia Operacional para dar início às atividades de fiscalização por parte do Conselho. Também houve a participação do MPT em evento promovido pelo Conselho para capacitar os fiscais e conscientizar o público a respeito da importância do cumprimento da Lei de Estágio.	Capacitação de fiscais do Conselho sobre o tema estágio.	Não	Após a capacitação dos fiscais, espera-se que o Conselho, em suas atividades de fiscalização do exercício profissional, consiga identificar estágios fraudulentos e comunique tais situações ao MPT. Ver PGEA 20.02.0001.0010680/2021-27

Conafret

COFEM

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Foram realizadas reuniões com o intuito de elaboração de Guia Operacional para dar início às atividades de fiscalização por parte do Conselho.	Não foram obtidos resultados.	Conselho não manifestou interesse em colocar em prática o instrumento.	Desde sua assinatura o Conselho apresentou pouco interesse pelo Acordo, razão pela qual a Coordenadoria tem cogitado o encerramento da parceria. Ver PGEA 20.02.0001.0004756/2022-19

Conafret

CNMP e INSS

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
SIM	A SPAI tem estabelecido tratativas junto ao CNMP e SPPEA/MPF, com o intuito de dirimir alguns questionamentos que estão intrinsecamente relacionados com as formas de acesso aos dados objeto deste ACT que serão disponibilizadas aos usuários do MPT.	Não foram obtidos resultados	--	O PGEA para solicitar convênio para acesso a informações do CNIS está em sendo operacionalizado pela SPAI. PGEA nº 20.02.0001.0005551 /2022-88

Conalis

Conalis

BNDES

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Foi realizada reunião em 05/07/2024 entre as(os) coordenadores nacionais da CONALIS/CONAP e CONAFFRET, nos quais foram feitos os seguintes encaminhamentos: I. A CONALIS, remeterá o PGEA do Convênio à SRI para verificação do ponto focal, bem como estreitar as relações para acionamento do convênio; II. A SRI enviará consulta formal as Coordenadorias Nacionais Temáticas sobre eventuais demandas para o BNDES em razão do convênio. Em cumprimento aos encaminhamentos a CONALIS em 09/07/2024 remeteu o PGEA n.º 20.02.0001.0006654/2020-92 à SRI para prosseguimento. Em 29/08/2024, foi realizada reunião entre SRI/CONALIS e com a Superintendente jurídica Institucional (AJI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Sra. Paula Saldanha Jaolino Cotovio, a fim de discutir proposta de execução do Acordo de Cooperação Técnica com o MPT, relacionada a concessão de créditos para empregadores que forem flagrados em condutas antissindiais. Foram feitos os seguintes encaminhamentos: I. A representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sra. Paula Saldanha Jaolino Cotovio, comprometeu-se a reunir-se com a área de planejamento responsável pela elaboração das cláusulas contratuais e pela organização dos cadastros. O objetivo é verificar e estudar as possibilidades de inclusão de critérios sociais nas cláusulas para a concessão de créditos a empregadores flagrados em condutas antissindiais. Posteriormente, a Sra. Paula Cotovio se reunirá com a CONALIS para apresentar a proposta. II. Será agendada uma reunião presencial na sede da PRT 1 para a apresentação de uma proposta do BNDES relacionada à política de concessão de financiamento com o objetivo de induzir comportamentos positivos para observância da compliance trabalhista, especificamente com para a coibição e prevenção de atos antissindiais praticados pelo empregador em face da entidade sindical profissional..	Articulação com a Superintendente jurídica Institucional (AJI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Sra. Paula Saldanha Jaolino Cotovio, a fim de discutir proposta de execução do Acordo de Cooperação Técnica com o MPT, relacionada à política de concessão de financiamento com o objetivo de induzir comportamentos positivos para observância da compliance trabalhista, especificamente com para a coibição e prevenção de atos antissindiais praticados pelo empregador em face da entidade sindical profissional.	--	--

Conap

Conap

ICMBIO

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Em 20/12/2022, o Ministério Público do Trabalho celebrou Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), visando à promoção de atividades técnico-científicas em áreas de mútuo interesse acerca de boas práticas relacionadas ao tema “terceirização de serviços.	Objetivando a implementação do referido Acordo de Cooperação Técnica, revelou-se oportuno e conveniente a criação de um Grupo de Trabalho "Promoção da Integridade e do Trabalho Decente na Administração Pública". O mencionado Grupo de Trabalho foi instituído no âmbito da Coordenadoria Nacional de Promoção da Regularidade do Trabalho na Administração Pública – CONAP, com participação de integrantes também da Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação de Discriminação no Trabalho – COORDIGUALDADE e da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente de Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – CODEMAT. Objetivo Estratégico (OE3) - Promover a igualdade de oportunidades e eliminar a discriminação, a violência e o assédio no trabalho; Objetivo Estratégico 4 (OE4) - Promover a saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores no ambiente de trabalho; Objetivo Estratégico 6 (OE6) - Promover o respeito à legislação constitucional e trabalhista e a defesa do meio ambiente do trabalho no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta;	--	--

Conap

CNJ

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Foi elaborada a NT MPT/CNJ 01 e a minuta da NT MPT/CNJ 02 está sob avaliação do CNJ. Os coordenadores regionais da CONAP atuam em articulação com os GMFs locais na pauta do sistema prisional, inclusive participando de reuniões e inspeções. Foram realizadas 5 capacitações, uma por região do país sobre o trabalho das pessoas privadas. Reuniões frequentes com CNJ e SENAPPEN e elaborada a minuta da PNAIT, que já passou por todos os Ministérios.	Cooperação mútua entre o Ministério Público do Trabalho - MPT e o Conselho Nacional de Justiça – CNJ para realização de estudos, desenvolvimento de metodologias de inspeção prisional e aperfeiçoamento de práticas resolutivas e estruturantes para implementação da Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional - PNAT, com vistas à expansão de projeto de empregabilidade de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.	--	--

Conap

INSS

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Estão sendo realizadas reuniões com o INSS em conjunto com a Coordigualdade sobre a reabilitação dos trabalhadores. As partes estão estudando a possibilidade de substituição do ACT ou aditivo.	Criação de banco de dados acerca dos processos de reabilitação profissional, por meio da criação da tarefa "REAB - Comunicação para Providências junto a Órgãos Externos" no Sistema Gerenciador de Tarefas - GET, em que identificamos o cadastro 370 tarefas em que as empresas de vínculo estão impondo obstáculos à RP de seus colaboradores.	--	--

Conap

Ministério da Economia

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Acesso à Rede do Ministério da Economia	Acesso à Rede +Brasil.	--	--

Conap

CGU e CNMP

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	--	Fortalecimento da cooperação e integração entre as instituições, através do desenvolvimento e da inovação em segurança pública, observada a legislação vigente, e a capacitação e o aperfeiçoamento de recursos humanos do CNMP, do Ministério Público brasileiro e da CGU.	--	--

Conap

Confederação Nacional de Municípios

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Reuniões realizadas e participação em capacitações e eventos da CNM com aderência à pauta da CONAP.	Realização de estudos, elaboração de notas técnicas e realização de eventos de capacitação relativos às áreas de convergência de interesse institucional.	--	--

Conap

AGU

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Realizadas pelas Coordenadoras da CONAP com vistas a elaboração do plano de trabalho.	Reuniões e tratativas sobre o Plano Detalhado de Trabalho.	--	--

Conap

IRB

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Reuniões e Audiências Públicas com a finalidade de discutir o trabalho das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis, em especial para divulgar e debater o estudo realizado sobre a cadeia produtiva da reciclagem	Participação do Seminário "Oportunidades e Riscos do modelo de Organizações Sociais de Saúde", que ocorreu nos dias 27 e 28 de maio de 2024; convite para Audiência Pública que ocorreu de forma híbrida (presencial e virtual), no dia 05/09/24, das 14h às 19h com a finalidade de discutir o trabalho das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis, em especial para divulgar e debater o estudo realizado sobre a cadeia produtiva da reciclagem.	--	--

Conap

UFRN, SEAP/RN e TJRN

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Trabalho em conjunto para desenvolvimento de ações voltadas para a Promoção do trabalho decente das pessoas presas e egressas.	Promoção do trabalho decente das pessoas presas e egressas.	--	--

Conatpa

Conatpa

MTE, ANP, Marinha, Anvisa e Ibama

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	O Projeto Ouro Negro vem se desenvolvendo desde 2011 em parceria com Ministério do Trabalho, Marinha do Brasil – Diretoria de Portos e Costas – DPC, IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, ANP - Agência Nacional do Petróleo Gas Natural e Biocombustíveis e ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária e foi fortalecido com a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica em dezembro de 2018 (Publicado no DOU em 01/02/2019), renovado em dezembro de 2023. Como exemplo, durante a pandemia da COVID 19, os parceiros vêm acompanhando os protocolos de prevenção à infecção a bordo das Plataformas de Petróleo de forma conjunta e emitiram uma série de Recomendações que puderam orientar e aprimorar as medidas tomadas pelas empresas do offshore. Outras ações de igual importância são o acompanhamento do processo de desinvestimento da Petrobras em unidades antigas e o impacto nas relações de trabalho e no meio ambiente do trabalho assim como o acompanhamento da realização de atividades de limpeza e condicionamento de rejeitos contendo radionuclídeos de ocorrência natural da área de exploração e produção de óleo e gás e do descarte desse material.	Operações conjuntas no biênio 2022/2023.	Os parceiros previram a realização de cinco operações conjuntas para o biênio 2022/2023, no entanto, foram realizadas apenas três, por indisponibilidade de todos os parceiros, uma vez que os embarques são conjuntos..	--

Conatpa

ANTAQ

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	As principais ações são as trocas de informações, através de ofícios, em que a Agência informa ao MPT o ingresso de embarcações em desconformidade com os principais protocolos internacionais (MoUs).	Até o momento, foram 164 ofícios recebidos dos quais, após a realização de um filtro prévio realizado pela coordenadoria, 12 ofícios foram distribuídos para a PRT de origem para investigação.	--	--

Conatpa

Marinha do Brasil

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Realização de reuniões regulares entre representantes desta e do MPT e outras entidades relevantes, visando à troca de informações, análise de dados e discussão de questões relacionadas à segurança e condições de trabalho no ambiente marítimo tem menu de contexto. Além de reuniões regulares, o ACT oportunizou a realização de inspeções conjuntas para investigar denúncias de incidentes marítimos e outras irregularidades. Neste momento, a coordenadoria está viabilizando a assinatura de um termo aditivo no plano de trabalho do ACT para obtenção de acesso de mais 3 sistemas da Marinha do Brasil (SISAQUA, SISGEMB e SISGEVI), bem como para adequar-se às sugestões do Encarregado de Dados do MPT na minuta do instrumento. Aguarda-se devolutiva da Marinha sobre a minuta enviada para providenciar a assinatura.	A atuação em parceria oportunizou o intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas na atuação no ambiente aquaviário. Atualmente, as duas instituições estão verificando junto as equipes de TI o compartilhamento dos 3 sistemas acima mencionados.	Instrumentalizar a troca de informações via sistemas demandará um esforço da equipe de TI do MPT, o que foge a única exclusiva vontade da coordenadoria.	--

Coordigualdade

Coordigualdade

TRT 4ª Região

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	1) Lançamento da plataforma no TRT 4, com a participação do MPT/PRT 4, sindicato das empregadas domésticas, Fenatrad, sociedade civil organizada; 2) Realização de Cursos de Alfabetização Digital para empregadas domésticas e oficinas sobre direitos trabalhistas, cálculo e formação de lideranças; 3) Campanha comunicacional com grandes veículos de comunicação, como emissoras de TV, publicação em outdoors, em paradas de ônibus sobre o app.	Participação nos cursos presenciais ofertados, 26 mil downloads do aplicativo Laudelina nos dispositivos celulares. De março de 2023 até março de 2024 ocorreram 62 mil visualizações do aplicativo. Os cursos foram realizados em vários Estados do país: Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Acre pelo sistema ÂNIMA , rede que integra várias universidades do país.	O acompanhamento e a execução do instrumento estão sendo realizados pela TRT 4 e pela PRT 4.	O app está em fase de sistematização para definição do perfil dos usuários e aprimoramento do aplicativo, inclusive com oferta de cursos específicos para a demanda.

Coordigualdade

CONFEA

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Não	Não foi iniciado.	O Confea não dispunha de profissionais que pudessem atender às obrigações constantes do termo de cooperação, o que inviabilizou o início da execução.	Mudanças de gestão de entidades parceiras podem alterar prioridades anteriormente definidas, e dificultar a execução do instrumento.	Trata-se de termo de cooperação necessário para o MPT. Embora num primeiro momento não tenha havido a possibilidade de ter se iniciado, estando o mesmo vigente, é importante a retomada do diálogo para execução da parceria já firmada, que auxiliará muito a execução do projeto nacional de inclusão da pessoa com deficiência nas PRTs, quanto a verificação da acessibilidade nas empresas.

Coordigualdade

UNICAMP

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	O aplicativo está em fase final de hospedagem na loja do Google App. Foi solicitado pelo Google um texto de apresentação da ferramenta, o que os acadêmicos da Unicamp e UFSC já providenciaram. O app passará, agora, por um breve período de teste, antes de seu efetivo lançamento público.	O aplicativo já se encontra em fase final de desenvolvimento, sendo que o lançamento público está previsto ainda para o corrente ano.	--	--

Coordinfância

Coordinfância

Ministério da Saúde

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Compartilhamento de dados e informações entre o Ministério Público do Trabalho e o Ministério da Saúde, mediante o estabelecimento de fluxo de encaminhamento de dados de que trata o Acordo de Cooperação Técnica (Doc n.º 016751.2022 - PGEA 20.02.0001.0008420/2017-46).	O fluxo perdurou de 2016 a 2021, com a renovação do ACT por mais cinco anos, a partir de 2022 e retomado efetivamente em 2023, mediante o acompanhamento nos autos do PGEA 20.02.0001.0008420/2017-46. Todas as bases de dados foram recebidas, à exceção do CADSUS, com solicitação de informações por parte da CODEMAT em maio de 2024 (Doc n.º003011.2024), as quais ainda não sobrevieram aos autos.	Não há.	--

Coordinfância

INFRAERO

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Veiculação de campanhas educativas, informativas e de sensibilização contra o trabalho infantil nos aeroportos e redes sociais da Infraero, notadamente as realizadas no mês de junho (Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil), nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024, conforme relatórios de evidências anteriormente apresentados e acompanhamento realizado no PGEA 20.02.1000.0001221/2020-72.	Os resultados obtidos anteriormente foram informados no monitoramento já realizado em 2024 dos acordos de cooperação técnica e, no momento, aguarda-se o relatório de evidências relativa à campanha de 2024, que será oportunamente comunicado.	--	Há uma redução no alcance das campanhas veiculadas via Infraero em razão da redução da rede de aeroportos administrados pela Infraero, em maioria em fase de transição à iniciativa privada, após concessão realizada pelo Governo Federal.

Coordinfância

CEBRAP

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Foram realizadas reuniões com periodicidade mensal, com a participação do Ministério Público do Trabalho, nas datas de 02-02-2024, 01-03-2024, 23-04-2024, 24-05-2024, 24-06-2024, 25-06-2024, 21-08-2024 e 29-08-2024.	A execução do plano de trabalho é acompanhada no PGEA 20.02.0001.0006335/2023-63, obtendo como resultados, até o momento, o acompanhamento das ações e da participação direta nas atividades, com contribuições técnicas ao projeto de pesquisa e de gestão pública "Crianças e adolescentes submetidas às piores formas de trabalho infantil em Santos (SP): instrumentos de reordenamento do Sistema de Garantia de Direitos (SGDCA) para prevenção e priorização da proteção social à responsabilização infracional". No momento, está sendo discutida a minuta de instituição do Grupo de Trabalho Intersetorial (atividade 2.1 do plano de trabalho).	--	--

Diretoria-Geral

Diretoria-Geral

WFP/ONU

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Outras Considerações
Sim	O Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (CoE/WFP) tem, entre suas atribuições, promover diálogo e desenvolvimento sustentável para a formação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da fome e da insegurança alimentar, com especial atenção para os mais vulneráveis. Entre os dias 29 e 31 de agosto de 2023, cerca de 200 participantes de mais de 20 países, entre ministros de governo, representantes de instituições financeiras internacionais e das Nações Unidas, reuniram-se em Brasília, para o evento “O Poder das Abordagens Multissetoriais para o Desenvolvimento do Capital Humano”, organizado pelo Programa Mundial de Alimentos (WFP) das Nações Unidas e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Secretário de Cooperação Internacional Trabalhista, Procurador do Trabalho Augusto Meirinho, marcou presença na reunião de alto nível, organizada em colaboração com o governo brasileiro e do Distrito Federal, que teve como objetivo criar um espaço propício para que países de toda a região impulsionem abordagens multissetoriais que conectem educação, segurança alimentar e nutrição para o desenvolvimento do capital humano, usando duas abordagens complementares: alimentação escolar e sistemas de proteção social.	Durante os dias 4 e 5 de outubro de 2023, foi promovido pela Secretaria de Cooperação Internacional Trabalhista, com o apoio da Secretaria de Treinamento e Formação Continuada, o curso presencial “Parceria com as Organizações Internacionais e a Aplicação da Agenda 2030 no MPT”, baseada na capacitação autoinstrucional “Agenda 2030 e a atuação do MP-2023”. O curso foi dividido em duas partes: a primeira expositiva e a segunda prática. No dia 4 de outubro de 2023, a abertura da capacitação foi realizada pela Excelentíssima Procuradora-Geral do Trabalho então em exercício, Maria Aparecida Gugel, seguida da apresentação da SCIT pelos Secretários de Cooperação Internacional Trabalhista, Procuradores do Trabalho Augusto Grieco Sant’Anna Meirinho e Sofia Vilela de Moraes e Silva. Após, foram explanadas as parcerias entre o MPT e as organizações internacionais, por meio da apresentação de representantes da Organização Internacional do Trabalho - OIT, Sra. Thaís Faria; do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos – UNOPS, Sra. Carolina Roccon; do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas - WFP/ONU, Sr. Igor Carneiro; do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, Sra. Priscila da Costa; e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, Sr. Paulo de Almeida. No dia 05 de outubro de 2023, o curso teve continuidade com a exposição realizada pelos Secretários de Cooperação Internacional Trabalhista, Procuradores do Trabalho Augusto Meirinho e Sofia Vilela, que abordou assuntos diversos, a destacar o Sistema das Nações Unidas no Brasil; o histórico, conteúdo e objetivos da Agenda 2030; os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável e seu cumprimento pelo Brasil; e a atuação finalística do MPT e a efetivação da Agenda 2030. Por fim, o evento contou ainda com oficina em que os participantes tiveram a oportunidade de refletir sobre como os objetivos de desenvolvimento sustentável podem ser integrados nas atividades internas e externas do Ministério Público do Trabalho.	O Acordo de Cooperação Técnica entre o MPT e o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas - WFP/ONU (World Food Programme), por intermédio do Centro de Excelência contra a Fome, para o desenvolvimento de ações, estudos e projetos conjuntos na consecução de seus respectivos objetivos institucionais, foi firmado em novembro de 2021. Atualmente, Exmo. Secretário de Cooperação Internacional Trabalhista do Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador do Trabalho Augusto Grieco Sant’Anna Meirinho, está como gestor pelo MPT, para acompanhar, gerenciar e administrar a execução das ações estabelecidas por esse Acordo de Cooperação Técnica.

Ouvidoria

Ouvidoria

Rede de Ouvidorias do Ministério Público e Rede Nacional de Ouvidorias

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	1) Instituição do Canal Ouvidoria da Mulher, no âmbito da Ouvidoria do Ministério Público do Trabalho. 2) Adoção do regime de serviço extraordinário eleitoral na Ouvidoria do MPT, durante período das eleições 2022, conforme Recomendação CNMP Nº 01/2022. 3) Participação da Ouvidora nas Reuniões da Rede de Ouvidorias do Ministério Público do Trabalho. 4) Participação dos servidores nos eventos de capacitação (online) da Rede de Ouvidorias do Ministério Público do Trabalho.	1) Inauguração em 12/09/2023, elaboração de campanhas nas datas apropriadas. Cartazes do Dia Internacional da Mulher etc. (Portaria nº 1556, de 12/09/2023). 2) A Ouvidoria do MPT funcionou, em regime de plantão por teletrabalho, durante os dias de votação do primeiro e segundo turno das eleições 2022 (Ofício 037/2022/Ouvidoria).	--	Em contato com a Assessora da Ouvidoria Nacional, Solange Marques Cassis, nos foi informado que, como a Rede de Ouvidorias do Ministério Público ainda não possui Secretaria, na reunião de 18/04/2024 serão tratados assuntos diversos sobre o funcionamento burocrático da Rede como, por exemplo, o fluxo para a atualização dos Termos de Adesão, prestar informações sobre mudanças de Ouvidor etc. Durante o 1º Encontro da Rede de Ouvidorias do Ministério Público Brasileiro, em 18/04/2024, foi aventado a possibilidade de novos convênios.

SCIT

SCIT

UNOPS

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Tenda em vista que se trata de Memoranda de Entendimento com a UNOPS para a implementação de atividades por meio de acordos de projeto conforme seus regulamentos, regras, políticas e procedimentos aplicáveis. Os acordos do projeto definirão os custos e despesas correspondentes, entre outros, em relação a ações, resultados, e respectivos cronogramas de implementação. O acordo permite que os membros do MPT, possam decidir destinar recursos para financiar potenciais futuros acordos de projeto assinados entre o MPT e o UNOPS utilizando recursos decorrentes de indenizações por danos morais coletivos e multas por descumprimento de obrigações de fazer e não fazer, obtidos a partir de ações judiciais.	Os resultados estão relacionados aos potenciais acordos de projetos firmados entre os membros do MPT e a UNOPS, podendo perpassar as coordenadorias temáticas, e podem ser avaliados pelos participantes diretamente envolvidos..	A concepção, o planejamento, a formalização, a execução e o monitoramento das atividades de potenciais futuros Acordos de Projetos entre o MPT e o UNOPS realizados sob o signo deste MOU são realizados diretamente entre os representantes do UNOPS e as Procuradoras e Procuradores do Trabalho representantes do MPT titulares dos feitos no bojo dos quais poderão ser feitas as reversões para o potencial futuro Acordo de Projeto.	--

SCIT

Ministério do Trabalho

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	O presente Memorando de Entendimento tem por objetivo estabelecer o marco de cooperação para o desenvolvimento de ações conjuntas entre o MPT e o MTb quando projetos e/ou atividades elaborados no âmbito do Termo de Coopera ao MPT-OIT tiverem por objeto uma ou mais áreas de competência do MTb, especialmente aquelas ligadas as atribuições da SIT e da SPPE.	O MPT, de comum acordo com a OIT, poderá, com a participação do MTb, desenvolver ações e projetos e/ou atividades relacionadas ao fortalecimento da inspeção do Trabalho, bem como relacionados a promoção do trabalho decente, indicados, respectivamente, pela SIT ou pela SPPE.	--	Ocorre que, em 30 de março de 2023, foi assinado novo Memorando de Entendimento entre a OIT e o Parquet Laboral, com o objetivo de "formalizar o consenso entre as Partes em relação a arranjos para a cooperação não-exclusiva entre OIT e o MPT para promover o trabalho decente" (Doc. nº 014080.2023).

SCIT

PACTO GLOBAL DA ONU

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Participação ativa no Comitê Consultivo ADHE - Aliança pelos Direitos Humanos em Empresas, em diversas reuniões realizadas telepresencialmente desde fevereiro de 2024, incluindo ainda a contribuição na formatação do BHR Gap Analysis Tool.	A "BHR Gap Analysis Tool" que orienta empresas na melhoria do respeito aos direitos humanos, alinhada à Declaração Tripartida da OIT e práticas de devida diligência, conforme Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, foi disponibilizada no endereço https://www.adhe.org.br/ . Esta ferramenta permite que por meio de autodiagnóstico as empresas avaliem seu nível o comprometimento, respeito aos direitos humanos e legitimidade das suas ações.	--	--

SCIT

CORTE IDH

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Realização do curso telepresencial Direitos Trabalhistas na Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos com a participação do Exmo. Procurador-Geral do Trabalho, Dr. José de Lima Ramos Pereira e ainda com participação do Juiz Rodrigo Mudrovitsch da CORTEIDH e de advogados que atuam perante a Corte.	Curso realizado em parceria com a SETEF, com participação de membros e servidores de todo o Brasil.	--	--

SCIT

OEA-CIDH

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Participação de Membros do MPT no Programa de Intercâmbio Profissional entre o Ministério Público do Trabalho e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com atuação de doze meses, como pessoal associado, na Relatoria Especial de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - REDESCA.	Desde a assinatura do Acordo, três membros e membra participaram do Programa de Intercâmbio Profissional como "pessoal associado". O processo de seleção do quarto membro participante está em vias de finalização.	--	--

Secretaria de Gestão Socioambiental

Secretaria de Gestão Socioambiental

Ministério do Meio Ambiente

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldade ?
Sim	O Termo de Adesão da Agenda Ambiental da Administração Pública foi celebrado em julho de 2020 para implementação das diretrizes da agenda e do Plano de Logística Sustentável MPT 2019/2024 - PLS MPT. Neste período foram implementadas diversas iniciativas nos eixos temáticos descritos no PLS MPT em todas as Unidades Administrativas do Órgão. Acesse: https://intranet.mpt.mp.br/pgt/comissoes-tematicas/gestao-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel-pls-mpt-2019-2022.	Os resultados dessas ações estão descritos nos Relatórios Anuais de Monitoramento das Ações Socioambientais MPT. Os relatórios anuais podem ser acessados, na íntegra: https://intranet.mpt.mp.br/pgt/comissoes-tematicas/gestao-socioambiental/programa-mpt-socioambiental/monitoramento-das-acoes-socioambientais-masa.	Sim, a principal dificuldade é falta de estrutura de recursos humanos da Secretaria, que conta com um único servidor para todas as atribuições, tanto as nacionais quanto para implementar ações da Procuradoria-Geral do Trabalho.

Secretaria de Perícias

Secretaria de Perícias

MPF

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Reunião de aproximação. Troca de experiências. Discussões sobre a tramitação de feitos quando da necessidade de auxílio técnico.	Espelhamento de rotinas de trabalho; experiências exitosas junto à corregedoria do MPF inspiram o MPT a buscar soluções semelhantes.	Não	--

SETEF

SETEF

UFMG e IEPEL

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Não	--	Não houve resultados em 2024.	Não há	--

SETEF

UFMG (Protocolo de Intenções - Mestrado)

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Não	--	Não houve resultados.	Não há	Aguardando a conclusão do projeto pela UFMG.

SETEF

ESMPU

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Curso Infâncias Protegidas: agentes sociais no enfrentamento do trabalho infantil.	Mais de mil inscritos, porém devido a data de prorrogação do curso, a divulgação do relatório final está em andamento, ainda não temos o quantitativo dos concluintes.	Não	--

SETEF

CNMP

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Curso: Formação de Membros de Comissão de Procedimentos Disciplinares - Módulo I	Capacitação de 9 Membras e Membros do MPT, assim como 9 Membras e Membros do CNMP.	Não há	--

SETEF

Fundacentro

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Não	Não houve resultados.	Não houve resultados.	Não	Não houve ações que demandaram atuação do ACT até o momento.

SETEF

ENAMAT

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Em 2024 foram realizadas as seguintes atividades: Seminário democracia é inclusão: Os impactos da informalidade na saúde e segurança de trabalhadoras e trabalhadores; Visita Institucional ao MPT de novas Magistradas e novos Magistrados do 28º CNFIs.	No seminário foram capacitados 41 pessoas, dentre Membras, Membros, Servidoras, Servidores, Estagiárias e Estagiários. Na Visita Institucional recebemos 229 magistrados dando um maior alcance da atuação do MPT.	Não há	--

SETEF

ENAP

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Não	Tratativas em andamento.	Não houve resultados.	Não há	

SPAI

SPAI

Polícia Federal

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Não	--	Não foram obtidos resultados	--	--

SPAI

CONFEA

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Foram conferidas seis credenciais para acesso ao sistema do CONFEA, porém, devido a existência de vários problemas técnicos no próprio sistema (de carregamento, de campo, etc), foi solicitado ajustes para o acesso, a SPAI está fazendo tratativas para marcar reunião com o CONFEA e corrigir o problema.	Ainda não há resultados práticos.	Não	--

SPAI

CEF

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Tratativas com equipe técnica da CEF para cadastro de membros bem como identificar necessidades técnicas para acesso por parte do MPT.	Ainda não há resultados.	--	--

SPAI

MCTI

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Não	--	Não há resultados.	--	--

SPAI

PGFN

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Foram coletados dados do sistema no ano de 2018/2019, ainda não foi necessário nova extração.	Suporte em algumas ferramentas SPAI.	--	--

SPAI

TSE

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Não	--	Não foi executado.	--	--

SPAI

Bacen e CNMP

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Acesso ao sisbacen aos membros e membras do MPT.	Acesso ao sisbacen (manual para o Procurador/Procuradora indicando como se faz, está na página da SPAI).	--	--

SPAI

Smartlab e Jusbrasil

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Não	--	--	A execução não é prioritária para a SPAI.	O ACT foi encaminhado para manifestação do Sr. Subsecretário de Pesquisa e Análise de Informações para manifestação sobre a prioridade de operacionalização, tendo em vista a grande quantidade de demandas existentes. A SPAI ainda não obteve resposta

SPAI

CSJT

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	1. Promoveu-se o incentivo à adesão de todas as regionais, processo concluído em junho com a assinatura do termo de adesão por cada regional. 2. Construção de um protocolo para execução do termo de cooperação. 3. Desenvolvimento de um projeto piloto junto a PRT 4º/TRT4º Região.	Sem resultados até o momento.	--	--

SPAI

PGFN

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Foram coletados dados do sistema no ano de 2018/2019, ainda não foi necessário nova extração.	Suporte em algumas ferramentas SPAI.	--	--

SRI

SRI

TSE

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	- Aposição de link de denúncia no site do TSE • - Intercâmbio de denúncias • - Divulgação de campanha do MPT	Aposição de link de denúncia no site do TSE Intercâmbio de denúncias Divulgação de campanha do MPT Participação do MPT nas atividades de garantia do processo democrático	--	--

SSI

SSI

PRF

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	As atividades de integração foram realizadas em operações conjuntas, não sendo utilizado plano de trabalho específico previsto pelo ACT.	Suporte de segurança em operações e levantamentos de inteligência para subsidiar a atuação finalística do MPT.	--	Verificou-se a necessidade de reformulação do instrumento.

SSI

CNMP e ABIN

Execução Iniciada?	Principais Ações	Resultados Obtidos	Dificuldades?	Outras Considerações
Sim	Ações de integração ao SISBIN, com a possibilidade de compor a Câmara Temática da Justiça, mediante termo específico de adesão.	Sem resultado até o momento.	--	--



Sugestões?



pgt.sri@mpt.mp.br